

>> *Temática Especial*

Dossiê Juventudes e Educação – Prefácio **Um esforço a que não devemos renunciar:** **a educação para a liberdade de todos**

A prolífica produção apresentada neste dossiê e sua enorme diversidade de temas abordados mostram claramente como a educação atravessa todas as áreas da vida juvenil e intercepta seus mundos simbólico, físico, emocional e político, dando sentido à própria existência desse grupo social na América Latina. Um em cada três latino-americanos é jovem.

A educação como direito, a educação como valor e finalidade do desenvolvimento, tem marcado não só a noção de juventude, na concepção da juventude como moratória social, mas também tem sido vista como uma alavanca para o desenvolvimento individual e social dos países. A educação em seus diversos sentidos, como instrução para o desenvolvimento, como direito em si e desencadeadora de outros direitos, educação como veículo de formação cidadã, educação como dispositivo de controle social e educação como manifestação da cultura, transcende os muros da escola e o ambiente familiar, situando-se em múltiplos espaços que se permeiam para constituir uma enorme e complexa rede de relações, interações, significados e práticas que configuram a vida juvenil e, com ela, a vida das sociedades deste grande continente.

A educação parte de um princípio de liberdade que deve ser cultivado e fortalecido com ação dialógica e instrucional e com a formação integral do indivíduo como ser diferenciado e único, mas ao mesmo tempo contextualizado, conectado à sua realidade e valores, em ação.

Nossas sociedades na América Latina parecem mais voltadas para a instrução do que para a formação cidadã e humana, esquecendo que a educação também se situa em contextos sociais, eles dão coerência e sentido à ação educativa, instrucional ou formativa em que se engajam as escolas, professores e família. A formação de um critério próprio, argumentado e sólido é fortemente ameaçada por sociedades injustas, excludentes e até violentas que condenam o pensamento livre, crítico e renovado que caracteriza o coletivo juvenil que se levanta em busca de uma sociedade diferente. A Pesquisa LAPOP, um barômetro das Américas 2017-2018, indica que pouco mais de 1 em cada 3 pessoas na América Latina considera que há pouca liberdade para expressar opiniões sem medo, somado a isso é a baixa confiança nas eleições como um mecanismo democrático. Em média na região esta confiança não ultrapassa os 35,8% e entre os jovens o apoio à democracia não ultrapassa os 54%. Estes dados nos mostram que existe uma falha estrutural que põe em questão os propósitos e finalidades da educação para desenvolvimento e democracia, para a vida e convivência social.

A relevância da educação como mecanismo de desenvolvimento social e instrumento de capacitação faz com que, na agenda das Nações Unidas, os objetivos do desenvolvimento sustentável sejam indicados como prioritários: “garantir uma educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (ODS 4). Este objetivo também se articula sinergicamente com outro conjunto de objetivos de profunda importância para a vida e dignidade dos jovens, tais como: ODS 1: Fim da pobreza,

ODS 2: fome zero, ODS 3 Saúde e bem-estar, ODS 5: Gênero igualdade, ODS 8: trabalho decente e crescimento econômico, ODS 10: Redução das desigualdades. É assim que os estados assumem um compromisso significativo com a educação e as condições necessárias para alcançá-la.

É assim, como tal desafio esbarra num saldo em vermelho acumulado na relação entre juventude e educação. Promessas não cumpridas que hoje cobram juros altíssimos na vida e no desenvolvimento dos jovens e, com eles, na vida e no desenvolvimento social de nossos países que olham com espanto para a crescente desigualdade no acesso, permanência e conclusão da educação dos jovens. As disparidades educacionais entre grupos sociais, que além de trazerem defasagens acumuladas de classe, etnia e gênero, enfrentam condições injustas para seu desenvolvimento e permanência no setor educacional. Questões econômicas de sobrevivência ou cuidado dos filhos ou irmãos mais novos os obrigam a abandonar o sistema escolar, além da existência de importantes lacunas tecnológicas que foram expostas de forma aguda com a pandemia da covid-19 que vivemos hoje.

Colhemos um acúmulo de situações estruturais que limitam a implantação educacional com qualidade, equidade e igualdade em nossas sociedades com impacto especial nas gerações jovens. De modo particular, gostaria de apontar alguns saldos no vermelho ou dívidas sociais e políticas que marcam nossa realidade juvenil latino-americana.

A promessa não cumprida de uma moratória social¹

A industrialização e a entrada na modernidade venderam-nos a ideia de que o acesso ao trabalho para grandes grupos permitiria à sociedade adulta apoiar o desenvolvimento econômico, à espera da preparação das novas gerações, que depois desta época, em melhores condições de educação e treino, lograria alcançar em um futuro próximo, o aumento econômico e da força de trabalho por competências mais especializadas de acordo com o desenvolvimento industrial e social dos países. O adiamento do ingresso na vida adulta para a obtenção de uma educação superior para o trabalho levou a cultivar essa ideia e a caracterizar em certa medida a idade da juventude como aquela marcada pela moratória social. É verdade que os níveis de escolaridade e o acesso à educação aumentaram significativamente, mas isso não funcionou da mesma forma em todos os grupos sociais. Segundo a CEPAL, taxa bruta de matrícula, 2019, na América Latina 93% chegam ao Ensino Fundamental, 79% ao Ensino Médio e 52,7% ao Ensino Superior (CEPAL, 2021). Também se destaca que os filhos e filhas da classe média, média baixa e baixa deixaram essa etapa inacabada, pois as necessidades econômicas de sustento e sobrevivência da família ou da gravidez e a presença de filhos as forçaram a abandonar seus ciclos educativos. Os dados da CEPAL de 2019 (CEPAL, 2021) mostram que mulheres e jovens, de 14 a 24 anos, da América Latina e do Caribe, que não estudam e não trabalham, estão nessa condição pelos seguintes motivos: 1) desempenham atividades de cuidado não remunerado em casa (18% das mulheres e 1,3% dos homens); 2) estão desempregados e à procura de trabalho (4,5% das mulheres e 4,8% dos homens); 3) outros motivos, (2,9% mulheres e 3,3% homens). Situações que se somaram às cotas limitadas de acesso ao Ensino Superior.

Em suma, a moratória social não funcionou de forma igualitária, apenas grupos socioeconômicos médios, médios, altos e altos puderam ver essa promessa se concretizar, determinada principalmente pela posição social de seus pais e mães, e não por um conjunto social ações que dão

¹ Moratória social: “A moratória social refere-se ao fato de que, com a modernidade, grupos crescentes, geralmente pertencentes a setores sociais médios e altos, adiam a idade de casamento e procriação por um período cada vez mais prolongado e têm a oportunidade de estudar e avançar na formação em instituições de ensino que, simultaneamente, se expandem na sociedade. Este tempo intermediário inclui vários grupos que estão articulando suas próprias características culturais”. (MARGULIS; URRESTI, 1996, p. 3-4).

origem a uma espécie de condições estruturais e do setor educacional para acolher a formação de adolescentes e jovens. Conforme denominado por Acosta e Galindo (2011, p. 76), estamos testemunhando a contração política da moratória social, entendida como

[...] uma construção suspensa em permanente negação, um processo de construção não culminante [...]. Sendo a moratória a realidade sociopolítica que sustenta a opção dos jovens como juventude, assistimos a uma mutação social radicalmente explosiva, a dissolução pragmático-funcional do Ensino Médio e da universidade como espaços centrais da formação da juventude.

A promessa não cumprida da educação como instrumento de mobilidade social

A educação alertou-nos para a necessidade de formar um de homens e mulheres jovens que, ao entrarem na vida adulta, estariam aptos a ascender social e economicamente na sociedade devido a uma melhor formação e consequentemente uma maior capacidade de adaptação ao mundo moderno, fato que estaria representado em melhorias no acesso ao emprego e no emprego de qualidade, além de alcançar competências sociais, culturais e laborais para interagir em um mundo modernizado, laico e em mudança. Pais e mães de classe média que, com enorme esforço e desejo ilimitado, viam na educação o seguro de vida para os filhos e suporte na velhice para eles. Esta carta de apresentação ao meritocrático foi tão acertada quanto se acreditava, principalmente em alguns grupos sociais. A ladainha de pais e mães: “Estuda filho, é a única coisa que te posso deixar, o estudo é a garantia do teu futuro” em alguns grupos sociais foram alcançados e em outros não. Embora os níveis de escolaridade aumentassem e, sem dúvida, a mobilidade social fosse maior que em tempos passados, voltaram a entrar em jogo as condições estruturais de posição social, classe e etnia, e com elas fatores de acesso ou não a bens e serviços sociais, para oportunidades e conquistas socioculturais. A posição social e de elite, ou ilegalidade, era mais eficaz para o fechamento ou mobilidade social do que a própria realização educacional.

É assim que as trajetórias vitais dos jovens foram fortemente impactadas por a) brechas territoriais: urbano, rural e as defasagens que deixaram na vida de milhares de jovens, b) o conjunto da discriminação de gênero e étnico-cultural, c) os cenários de conflito armado, alto conflito social e violência que colocam a educação como um evento marginal e de difícil resolução na vida precária e estigmatizante de amplos setores da população jovem da América Latina e de forma alguma geram caminhos de mobilidade e ascensão social.

À medida que os níveis educacionais avançam, as disparidades aumentam, uma vez que o atraso escolar afeta mais, proporcionalmente, aqueles com menos recursos, de modo que embora os avanços tenham reduzido a desigualdade de realização educacional, essa redução é menos significativa naqueles com menos recursos. apontam que, à semelhança do que se tem verificado no Ensino Superior, os avanços em termos de conclusão do nível atingem uma parte escassa dos jovens com menos recursos, beneficiando quase exclusivamente os dos setores superiores. Ou seja, o gap escolar na América Latina se acumula e aumenta, mas também essas desigualdades socioeconômicas convergem com aquelas por área geográfica e origem étnica. (CÓRICA; OTERO, 2014, p. 181-182).

[...] a conjunção dos processos – na educação e no trabalho – obviamente não caminham juntos. Nesse sentido, entende-se que as tensões geradas constituem um nó nevrálgico de interesse nas inquietações e discussões no campo da sociologia juvenil atual e futura, na medida em que afetam suas condições de vida, as de suas famílias e, obviamente, as todo o grupo social. (CÓRICA; OTERO, 2014, p. 195).

Nesse cenário, o emprego juvenil torna-se precário e as oscilações macroeconômicas afetam diretamente os jovens, independentemente de sua formação e escolaridade, mas sem dúvida mais severamente aqueles que têm baixa escolaridade ou estão localizados em áreas rurais, urbanas marginalizadas ou pertencem a grupos étnicos ou de gênero historicamente negligenciados. Hoje, a crise econômica desencadeada pela pandemia afeta severamente a comunidade jovem e os expulsa abruptamente para a informalidade e o desemprego. A CEPAL adverte que os jovens enfrentam maiores obstáculos ao emprego do que os adultos, e neles as mulheres jovens. O maior nível educacional não garante uma colocação mais rápida e melhor no mercado de trabalho e, portanto, não viabiliza uma melhor posição socioeconômica e ascensão social.

A promessa não cumprida de inclusão social, equidade e reconhecimento da diversidade juvenil

Juntamente com o ponto anterior, a educação era vista como um mecanismo de inclusão e equidade social, como um espaço de igualdade de ensino e de vivência da não discriminação. Embora os esforços nessa linha tenham se intensificado e as pedagogias que defendem a diversidade de gêneros, gerações, etnias, classes e crenças religiosas se articulem em propostas e projetos pedagógicos, dificilmente conseguem transpor a fronteira da estrutura social do machismo, sexismo e excludente que ainda permanece e em certos cenários se intensifica. O individualismo propiciado pela modernidade e a tendência crescente das sociedades de direita que veem propostas progressistas e o respeito às liberdades, uma ameaça ao *status quo*, contribuem para segregar grandes grupos populacionais na América Latina. Não se desconhece que a matrícula de mulheres, grupos étnicos e vítimas do conflito armado ou da violência aumentou e receberam tratamento diferenciado, mas também é reconhecível a dificuldade que esses grupos encontraram para permanecer no sistema educacional. Causas como as necessidades econômicas do lar, o cuidado de menores ou crianças que chegam cedo e as dificuldades de acesso geográfico, cultural e econômico para manter esse vínculo foram centrais na decisão de abandono escolar. Para a UNESCO, a matrícula de mulheres no mundo aumentou em todos os níveis, mas persistem diferenças que marcam a desigualdade e limitam as possibilidades de conclusão dos ciclos educacionais das mulheres em relação aos homens. O documento *Mulheres no Ensino Superior: A vantagem feminina acabou com as desigualdades de gênero?* (UNESCO, 2021) revela que um rápido aumento no nível educacional das mulheres, que triplicou em todo o mundo entre 1995 e 2018 em termos de matrículas no Ensino Superior: em 74% dos países com dados, bem como em todas as regiões, as mulheres estão sobrerrepresentadas, exceto na Ásia Central e do Sul, onde há paridade, e na África Subsaariana, onde os homens estão sobrerrepresentados, pois há apenas 73 alunas matriculadas para cada 100 homens.

No que diz respeito ao reconhecimento e integração da diversidade, mesmo as escolas são espaços conservadores e formais que dificilmente conseguem abarcar estas múltiplas formas de viver e habitar esta sociedade, como se expressa num dos textos desse dossiê, a escola é ainda um espaço de silêncio, por vezes silêncio cúmplice, por vezes, silêncio expectante em busca de uma forma de reconhecer e integrar as diversas formas de viver a juventude, de se expressar social e culturalmente. Neste campo ainda temos muito que fazer e muito a aprender com as gerações jovens.

Dependendo do contexto e do pertencimento territorial, de gênero ou étnico, existem grandes diferenças na educação: na sua qualidade, no acesso e nas possibilidades de permanência, que à medida que se sobe no sistema se amplia. Essas lacunas geram defasagens e acumulações negativas na formação e conclusão da educação.

Apesar das conquistas, há mais meninas fora da escola do que meninos – 16 milhões de meninas nunca irão à escola (Instituto de Estatística da UNESCO) – e as mulheres representam dois terços dos 750 milhões de adultos sem habilidades básicas de alfabetização (UNESCO, 2021). Tentar resolver essas lacunas e preencher essas lacunas é um desafio de grande magnitude.

A promessa não cumprida de abolir o analfabetismo

Das mais de 630 milhões de pessoas que vivem na América Latina e no Caribe, cerca de 32 milhões são analfabetas, segundo o último relatório do Instituto de Estatística da UNESCO. *4% da população analfabeta do mundo.* (LLORENTE, 2018).

A América Latina está na quarta posição globalmente, com as maiores taxas de alfabetização, atrás da Ásia Central, Europa e América do Norte e do Leste e Sudeste da Ásia. Já a taxa de alfabetização de adultos na América Latina e Caribe chega a 94% e em jovens é de 98% (12 milhões e 600 mil jovens), mas abaixo de 90% da alfabetização temos países como El Salvador (88 %) e Honduras (89%) que também sofrem uma forte onda de violência, corrupção e desequilíbrio social que agrava a situação. Não é segredo que pobreza e educação estão relacionadas. Se em 2016 havia 186 milhões de pobres na América Latina, ou seja, 30% e 10% em extrema pobreza, hoje com a pandemia teríamos que quase dobrar a cifra, para nos aproximarmos de uma dolorosa e urgente realidade de solução.

Alcançar 100% de alfabetização implica uma porta que se abre para novos níveis de educação e daí para novas oportunidades de vida para os jovens, zero analfabeto seria uma meta realista e necessária.

Talvez pudéssemos continuar a ter relatos negativos na educação e juventude e, com certeza, ir-se-ia listar mais outros, mas com este susto um tanto caótico, quero passar a vislumbrar os caminhos de esperança que os textos do dossiê nos mostram, a partir de as contribuições de 63 pesquisadores e pesquisadores da América Latina, que com seu esforço investigativo e reflexivo revelam tanto estados de realidade como soluções e tarefas a realizar.

Irrupções da produção científica sobre jovens e educação que convidam a mudanças

O extenso dossiê apresentado pela *Revista Cadernos do Aplicação* e nele seus compiladores e editores acadêmicos Prof. Dr. Victor Hugo Nedel Oliveira (UFRGS) e a Prof^a Dr^a Miriam Pires Correa de Lacerda (UNILASALLE), desperta em mim e espero que no leitor e interessado também nestes temas, um tipo de ideias marcadas pelas tendências que eles e eles apontam nos seus temas que são de enorme dimensão valor para o desenvolvimento da educação de jovens na América Latina. Textos adequados aos tempos e desafios mundiais que se distinguem pelo reconhecimento da sua origem localizada num contexto local, nacional e numa região diferenciada e diversa. Sem mais palavras, os textos do dossiê revelam eixos promissores de relevância para a região:

- » **Novas cidadanias, diversidade e ação coletiva:** vários dos textos alertam para a importância dos movimentos sociais juvenis e estudantis que desafiam o sistema educacional e o sistema político de seus países, caminhando para formas de ação colaborativa, participativa e comprometimento com os valores da mudança, o que implica modelos de educação e sistemas educacionais conscientes de seu papel na formação e transformação de cidadania. Destaca-se o valor da participação como engrenagem da ação cidadã dos jovens. É assim que os textos propõem estratégias de formação e competências cívicas que devem ser vistas com maior clareza nos currículos das escolas e universidades da região. A escola, além de espaço protetor, é palco de discussão, formação e diálogo democrático. A experiência de democracia e a deliberação que queremos é o que caracteriza a construção do público em nossos países deve partir da escola e de seu cenário de interação.
- » **Práticas de agência juvenil – música, arte, internet e redes, muito mais do que uma ação comunicativa:** sem dúvida, para um olhar desavisado adulto essas formas de expressão e comunicação juvenil são novas, rápidas, massivas e eficazes em certos aspectos da vida e da ação colaborativa, no entanto, têm mostrado seu potencial de coesão, sua força de identidade

de uma geração que cada vez inova e busca penetrar em todos os cenários vitais. A Pandemia nos lançou na educação 100% virtual, no tele trabalho *home office* e na vida na virtualidade como mecanismo de proteção e cuidado, mas também revelou que esta é uma verdadeira opção de implantação de trabalho, participação social e cultural em nossas vidas, aproximando fronteiras e realidades. As redes, a música e a arte ganharam da ação criativa dos jovens um espaço pouco compreendido que deve ser conhecido e valorizado como forma de educação, como estratégia de agência e resistência juvenil. A partir da arte, da música e das redes, questionam-se as realidades sociais, os discursos descoloniais que geram e as formas desestruturadoras do que existe são uma revolução na nossa vida adulta e uma forma de identidade e espaço vital na vida juvenil. Hoje as realidades sociais estão intervindo e a partir desses mecanismos buscam-se caminhos de produção econômica, cultural e social. A agência juvenil como ato de intervenção e ação de transformação, que nasce do indivíduo e se conecta com o coletivo em formas e interesses comuns, é potencializada nessas formas de expressão e comunicação e se torna formas de habitar e expressar uma realidade que hoje cabe a nós viver. Vários textos do Dossiê nos mostraram como o Punk, o Funk, a arte e a internet dão sentido e caminhos para a ação juvenil, construindo novas narrativas da realidade e novas realidades de vida. Retiro um trecho de um dos textos aqui publicados: “[...] é possível entender a arte-educação como um mecanismo de realização de discussões emergentes na sociedade, bem como sua postura diante das formas de expressão juvenil e socialização da comunidade”.

- » **A demanda pela criação de novas realidades inclusivas, dialógicas e participativas:** nesse sentido, várias investigações apresentadas no dossiê destacam a tarefa que ainda temos pendente e diante da qual não podemos falhar, que é o fortalecimento da educação como um espaço de vivência e construção de novas realidades onde a inclusão, a identidade e o reconhecimento da diversidade juvenil são possíveis. Vários dos textos aludem à preocupação dos grupos LGBTI na escola e à sua difícil integração no sistema educativo, mas também vários textos mostram as enormes dificuldades dos grupos vulneráveis para entrar e funcionar num sistema homogeneizador que procura criar competências para o futuro, perdendo vista o presente desigual, o contexto de realidade que se vive em áreas de alto conflito urbano e rural, de famílias desarticuladas e de eventos adversos de construção do humano. A educação deve ser por excelência o espaço de integração, desestruturação das formas de segregação culturalmente instaladas e da vivência da igualdade e da equidade.

- » **Repensar a escola e o ensino como cenário de construção do público:**

É o que temos em comum não só com os nossos contemporâneos, mas também com os que o foram e com os que virão depois de nós. Mas esse mundo comum só pode sobreviver às gerações na medida em que aparece em público. A publicidade da esfera pública é o que pode absorver e fazer brilhar ao longo dos séculos tudo o que os homens querem salvar da ruína natural do tempo. (ARENDT, 2009, p. 65).

Nesta perspectiva, homens e mulheres jovens, escola e universidade, adultos e idosos, estamos empenhados em resgatar o debate e a ação coletiva que nos compromete com a vida em comum, que desafia a nossa existência. Recuperar e reconstruir o palco público é fundamental para continuar avançando em nossa história e na história da humanidade. O público não é um lugar dado ou concedido, não é apenas o oposto do privado, é o lugar de debate, deliberação e expressão do coletivo social. Somos convocados e comprometidos com a reconstrução e a construção do público. A educação e os seus sistemas formais e não formais, institucionais e comunitários, devem facilitar esta aprendizagem, devem promover este encontro.

Hoje, diante da incerteza e fragilidade impostas pelo vírus Sars-CoV-2, é urgente pactuar caminhos de vida coletiva que protejam, contenham e entendam que todos estamos interligados na vida e no desenvolvimento e que o público é o cenário de acordos e ação coletiva, pegando em Hannah Arendt, se quisermos nos salvar da ruína natural do tempo.

Por fim, gostaria de destacar alguns espaços em branco que convido a preencher tanto este prolífico e sábio grupo de pesquisadores em juventude e educação na América Latina, quanto de cientistas sociais atentos à juventude e à evolução social deste continente. São eles:

- » **Jovens migrantes e educação:** a enorme mobilidade humana que estamos testemunhando nos leva a refletir sobre a prioridade e a importância da educação das populações migrantes e sua inserção sociocultural em um cenário de direitos e garantias. É assim que a UNESCO (2019), em seu documento de acompanhamento sobre a educação no mundo: construindo pontes, não muros, destaca como 1 em cada 8 pessoas no mundo vive fora de onde nasceram e como dessa realidade cada vez que ocupa mais atenção como garantir os direitos dessas populações, também destaca que a educação é uma das razões centrais para a migração.
- » **Educação jovem e territorialidades – rurais, urbanas e simbólicas:** precisamos de mais desenvolvimentos e reflexões sobre a educação juvenil para populações rurais, populações rurais localizadas em cidades e grupos de áreas marginalizadas. Requeremos propostas de ação e avaliação de iniciativas neste campo que iluminem estratégias e alternativas de formação, educação e desenvolvimento educacional dessas populações.
- » **Juventude, educação e conflito com a Lei:** o aumento dos casos de envolvimento de adolescentes e jovens no âmbito do crime e com ele às ações de transformação dessas trajetórias de vida são pouco conhecidos e pouco avaliados em sua efetividade e ação de reintegração. Aqui a educação integral e nela a formação para o trabalho são os focos dessas alternativas de trabalho com jovens em conflito com a Lei. Estamos prontos para conhecer, analisar, avaliar, refletir e avançar significativamente neste campo de estudo para nossa juventude.
- » **Juventude e educação, uma forma de reconstruir nossa casa comum:** a crescente degradação do meio ambiente que assume a nossa sobrevivência como espécie humana e o apelo a transformar de forma enérgica e decisiva os usos, consumos e a transbordamento e gestão extrativa dos nossos recursos naturais e vitais, colocam em primeiro plano a necessidade de abordar a recuperação do meio ambiente e de nossos ambientes físicos, geográficos, sociais e culturais. O apelo à vida centra-se no apelo à ação para com os nossos ambientes, face ao enorme desinteresse das grandes potências econômicas que colocam perante este fenômeno e a sua resposta. A covid-19 colocou-nos face a face com a realidade e a relação e interconexão incontornáveis entre os seres humanos, entre os humanos, os animais e os ambientes socioecológicos. Estamos diante de um desafio e de uma grande responsabilidade, o cuidado de tudo que implica o cuidado com o meio ambiente. Temos uma responsabilidade para conosco e para com os outros. Hoje a ecologia defende uma mudança nos modelos de desenvolvimento e nas formas de educar para a vida. O Papa Francisco com sua encíclica *Laudato Si* nos convida a trabalhar pela vida e pelo cuidado da casa comum e nos chama a responder com um compromisso de ação a partir de uma educação profunda e sincera, como no capítulo sexto deste documento, “Educação ecológica e espiritualidade”, intitula a seção II como “Educação para a aliança entre a humanidade e o meio ambiente” e afirma:

Nos países que deveriam produzir as maiores mudanças nos hábitos de consumo, os jovens têm uma nova sensibilidade ecológica e um espírito generoso, e alguns deles lutam admiravelmente pela defesa do meio ambiente, mas têm crescido num contexto de extrema alto consumo e bem-estar que dificulta o desenvolvimento de outros hábitos. Por isso, enfrentamos um desafio educacional. (FRANCISCUS, 2015, p. 159).

Espero que este conjunto de contribuições que o Dossiê nos oferece inspire cada vez mais pesquisadores a desenvolver este campo e nos permita um melhor desenvolvimento educacional dos jovens da região. É um esforço ao qual não devemos renunciar: a educação para a liberdade de todos e todas.

Martha Lucía Gutiérrez Bonilla

Diretora do Observatório da Juventude Javeriano
Pontificia Universidad Javeriana. Bogotá – Colombia
e-mail: ml.gutierrez@javeriana.edu.co

Referências

ACOSTA, F.; GALINDO, L. *Las tensiones constitutivas del vínculo: la condición política de la juventud universitaria vs. las situaciones de inconstrucción de la moratoria social*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2011.

ARENDT, Hannah. *La condición humana*. Barcelona: Paidós, 2009.

CEPAL. *Anuário estadístico de América Latina y el Caribe*. Santiago de Chile: CEPAL, 2021. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/46739-anuario-estadistico-america-latina-caribe-2020-statistical-yearbook-latin>. Acesso em: 30 mar. 2021.

CÓRICA, Agustina; OTERO, Analía. Educación y empleo en América Latina: entre tendencias y alcances. *Papeles de Población*, México, v. 20, n. 82, p. 167-201, out./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/pp/v20n82/v20n82a9.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.

FRANCISCUS, Papa. *Carta Encíclica Laudato 'si sobre el cuidado de la casa común*. Roma: Vaticano, 2015.

LLORENTE, Analía. 4 cifras sobre la alfabetización en América Latina que quizá te sorprendan. *BBC News Mundo*, 8 set. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-45453102>. Acesso em: 30 mar. 2021.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La construcción social de la condición juvenil. In: CUBIDES, Humberto; TOSCANO, Maria Cristina Laverde. *Viviendo a toda: jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 1996. Disponível em: https://donbosco.org.ar/uploads/recursos/recursos_archivos_1082_1112.pdf. Acesso em: 30 mar. 2021.

UNESCO. *Mujeres en la educación superior: ¿la ventaja femenina ha puesto fin a las desigualdades de género?* Paris: UNESCO, 2021. Disponível em: https://www.iesalc.unesco.org/wp-content/uploads/2021/03/Las-mujeres-en-la-educacio%CC%81n-superior_12-03-21.pdf. Acesso em: 30 mar. 2021.

UNESCO. *La educación transforma vidas*. Paris: UNESCO, 2019. Disponível em: <https://es.unesco.org/themes/education>. Acesso em: 30 mar. 2021.